

Editorial

A Revista Plurais vem cumprindo importante papel na promoção da difusão de conhecimentos e na promoção de reflexões a produção na pós-graduação profissional na área da Educação. Nesse número, a Revista dedica-se ao tema da Educação Especial.

Tratar da Educação Especial é pensar em políticas para a efetivação de propostas sustentadas em princípios da educação inclusiva, ou seja, pensar em intervenções legais, políticas e pedagógicas capazes de assegurar aos sistemas ou redes de ensino a possibilidade de atender às demandas dos processos de escolarização de alunos com necessidades especiais a exemplo dos artigos aqui apresentados.

É importante destacar que quando nos referimos à educação especial, estamos falando de educação inclusiva, que ocorre no espaço da escola regular, transformando-a em um espaço para todos, respeitando a diversidade dos sujeitos.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005)

Dois artigos têm como foco a saúde mental **Educação Especial e Saúde Mental Infantojuvenil: inclusão e seus descaminhos**, usando a análise documental, tem como objetivo analisar a inclusão desse segmento populacional através da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, das Conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e dos regramentos da política de saúde mental infanto-juvenil brasileira e, apesar de ter no seu título o significante descaminhos, conclui que:

[...] desde meados do século XX, o Banco Mundial exerce forte influência para o delineamento dos regramentos legais da educação especial no Brasil, e as políticas de educação especial e da saúde mental encontram

diálogo na articulação intersetorial como caminho de implementação das políticas públicas em prol do direito de crianças e adolescentes.

Porém, quando falamos de inclusão é importante lembrarmos das As Altas habilidades Vistas pela Narrativa de um Estudante Habilidoso (UEMS), tema trabalhado pelo segundo artigo que trata da manifestação das habilidades especiais em Matemática na Educação Básica em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Quais são as características predominantes dos habilidosos matematicamente e qual a importância das Narrativas para a formação do professor e para compreender o lugar de onde estudante fala? Essas são duas questões que o trabalho busca responder.

O processo de inclusão nas escolas, aqui entendido como o respeito à diversidade permitindo que o(a) aluno(a) seja integrado e evitando a exclusão e a segregação, diz respeito, também, aos alunos superdotados. De acordo com a Resolução CNE/CEB Nº. 02/2001, no artigo 8, inciso IX,

[...] as escolas da rede regular de ensino devem organizar as classes comuns, com atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96. (BRASIL, 2001, p. 03).

O texto **“O que tenho a Comemorar?”: a saúde mental de professores da educação básica de Garanhuns/PE** (UFAL) tem como sujeitos da pesquisa professores da educação básica. Nesse artigo os sujeitos são aqueles responsáveis pela inclusão dos sujeitos do artigo anterior. O adoecimento psíquico de professores tem sido objeto de preocupação e pesquisa. É preciso o olhar atento e cuidadoso na direção dos protagonistas dessa tarefa que muitas vezes parece impossível: ensinar incluindo e aceitando as diferenças.

O professor, atualmente, encontra um ambiente escolar repleto de desafios e assume responsabilidades advindas de todo contexto social. Por um lado, a demanda de conhecimentos necessários ao exercício da profissão e a exigência pedagógica que impõe um conjunto de saberes a serem construídos pelos alunos. Por outro lado, os alunos que, na

maioria das vezes, estão poucos interessados no que o educador tem a lhes oferecer e exigem propostas pedagógicas contextualizadas com as suas diferentes realidades (SANTOS; ANTUNES; BERNARDI; 2008).

Ainda no âmbito da inclusão escolar, o artigo Paisagens do Atendimento Educacional Especializado (UCS – Caxias do Sul/RS), que tem como objetivo evidenciar os saberes presentes nos registros escolares de alunos que frequentavam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço instituído pelo Decreto nº 6571/2008, que busca oferecer “suporte dentro das escolas regulares aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns da rede regular de ensino” (BRASIL, 2008). Os autores concluem que os saberes da medicina e da psicologia estão presentes nos registros escolares dos alunos, atuando no espaço escolar normatizando e buscando corrigir “desvios, de maneira que torne o sujeito normalizado”.

Coerente com a proposta de uma educação inclusiva, o texto **Políticas Públicas de Educação Especial e Educação Superior: acesso e permanência para estudantes com deficiência em uma Universidade Federal (UFMS)**, analisa as políticas destinadas a favorecer o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em uma Universidade Federal. Trata-se de pesquisa documental que conclui observando que as ações precisam ser institucionalizadas e divulgadas e que,

Os investimentos realizados pela União, bem como as propostas de políticas que foram se alicerçando nesses dez anos de aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, notabilizam alguns avanços e esforços, porém ainda é imprescindível cogitar que a organização das informações de matrículas dos estudantes com deficiência nessa Universidade resulta em condições que dificultam o atendimento a esse grupo específico.

O artigo que trata sobre o autismo, é um projeto de doutorado da Paris 8 Vincennes Saint-Denis, intitulado **O Corpo no Autismo segundo Jaques Lacan e Fernand Deligny** (Paris 8 Vincennes Saint-Denis), segue a mesma temática dos capítulos anteriores, e tem como objetivo estudar sobre o corpo no autismo dentro de uma abordagem clínica em ciências da educação a partir das teorias de Jacques Lacan e Fernand Deligny, considerando-se que, conforme afirma Giacomini em seu artigo, esses autores “não partem da falta ou da ausência da linguagem verbal,

mas tomam a resposta dada pelo próprio corpo como uma forma de estabelecer um equilíbrio no mundo caótico do autista”.

Temos, ainda o trabalho **A Formação de Arte-educadores: diretrizes e implicações**, resultado do Mestrado em Educação, Formação e Intervenção Social, pela UNIVERSITÉ DE SORBONNE - Paris 13. Duas questões norteiam a pesquisa que tem como objetivo investigar como a relação de prazer e desprazer do arte-educador, aliada as suas histórias de vida em formação, podem fazer eco no cotidiano escolar: A relação de prazer e desprazer no ensinar pode repercutir no trabalho cotidiano do arte-educador? Quais dimensões da subjetividade do educador estão ligadas ao ato de educar?

Esperamos que a leitura dos artigos alcance a missão de suscitar novas questões e, conseqüentemente, novas pesquisas que busquem dar conta do espaço acadêmico como espaço democrático, de respeito às diferenças e de inclusão, no qual seus atores – alunos e professores – sejam sujeitos de cuidado das ciências e das políticas públicas.

Kátia Jane Chaves Bernardo

Doutora em História Social (UFBA); Mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Graduada em Psicologia (UFBA). Coordenadora do curso de Psicologia da UNIJORGE. E-mail: kataijanebernardo@gmail.com

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº. 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SANTOS, Bettina Steren dos; ANTUNES, Denise Dalpiaz; BERNARDI, Jussara. **O docente e suas subjetividades nos processos motivacionais**. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2757/2104>. Acesso: em 20 de out. 2012.